

**FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO ABERTO
DE POUPANÇA REFORMA - SANTANDER
POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR**

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

<u>CONTEÚDO</u>	<u>PÁGINA</u>
I - RELATÓRIO DE GESTÃO.....	3
II - RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	15
III - BALANÇO DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA - SANTANDER POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.....	22
IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA - SANTANDER POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.....	25
V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA - SANTANDER POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.....	27
VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.....	29
Nota 1 – Capital do Fundo.....	30
Nota 2 – Transações de Valores Mobiliários no Período.....	31
Nota 3 – Carteira de Títulos.....	32
Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos.....	33
Nota 5 – Componentes do Resultado.....	36
Nota 9 – Impostos.....	37
Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial.....	37
Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro.....	38
Nota 13 – Cobertura do Risco Cotações.....	38
Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados.....	38
Nota 15 – Custos Imputados.....	39
Nota 16 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras.....	39

I - RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório do Fundo Alternativo Aberto de Poupança Reforma Santander Poupança Valorização FPR

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

A evolução da economia mundial iniciou uma trajetória de abrandamento sincronizado a partir de meados de 2018, tendência que se manteve até ao final do ano de 2019. A intensificação das tensões comerciais e geopolíticas contribuíram para aumentar a incerteza a nível global, em especial relativamente ao futuro das trocas comerciais e cooperação internacional.

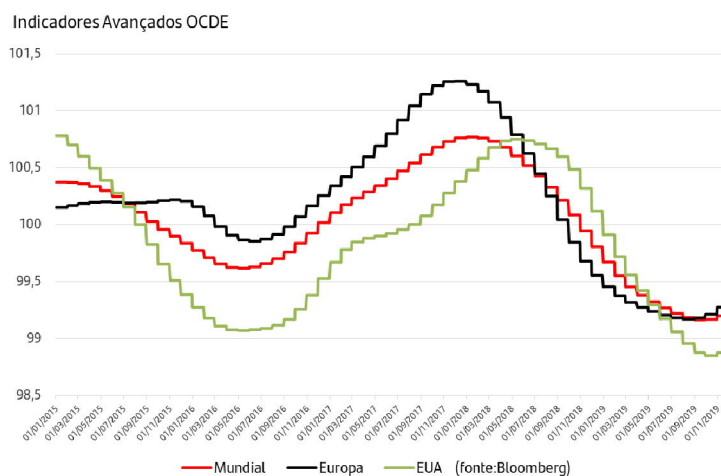
	2018	2019e
PIB EJA	2,90%	2,30%
Inflação EJA	2,50%	1,80%
PIB Zona Euro	1,90%	1,10%
Inflação Zona Euro	1,80%	1,30%
PIB Portugal	2,20%	1,80%
PIB Espanha	2,40%	2,00%
PIB China	6,60%	6,10%
PIB América Latina	1,00%	0,80%

Fonte: Santander Asset Management

Na Zona Euro, as tensões comerciais refletiram-se num crescimento anémico das principais economias. Na Alemanha e França verificou-se um abrandamento da produção industrial, em particular ao nível do setor automóvel, o qual continuou a adaptar-se a um novo quadro de exigências regulatórias associado aos níveis de emissões de poluentes. Adicionalmente, o impasse associado ao processo de saída do Reino Unido da União Europeia, só debelado no início de Dezembro com a realização de eleições legislativas, e os riscos de uma saída desordenada contribuíram para acentuar o ritmo de desaceleração da atividade económica, assim como atrasar decisões políticas fundamentais para promover a prosperidade e coesão da UE.

Adicionalmente, o panorama político na Europa Continental pautou-se, ao longo de 2019, pelo surgir de diversos focos de tensão: em França, as manifestações contra as novas regras de pensões; na Alemanha, as tensões comerciais sobre setores estratégicos; em Espanha, o longo período de impasse político, com novas eleições em Dezembro; e, em Itália, a instabilidade política permanente. Nesta conjuntura económica, o BCE manteve uma política monetária expansionista, em resposta aos ritmos anémicos de crescimento e inflação, mantendo a taxa de juro de referência em 0% e a reduzindo em Setembro a taxa de juro de depósito para -0,5%, reiniciando, também o programa de aquisição de ativos financeiros, ao ritmo de 20 mil milhões de euros por mês.

Nos EUA, a economia manteve ritmos de crescimento sustentados, embora em desaceleração, naquela que é uma das mais longas expansões da história. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego permaneceu em mínimos, embora sem reflexos ao nível da dinâmica de salários, que permaneceram moderados.



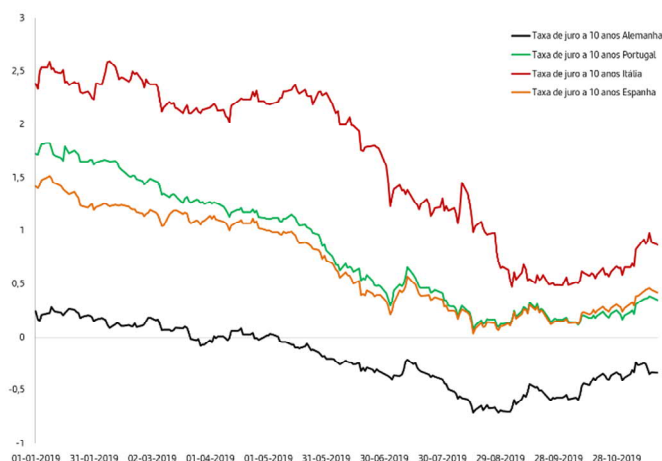
Contudo, o aumento da volatilidade nos mercados financeiros, no quadro da incerteza associada às guerras comerciais, levou a que a Reserva Federal descesse a taxa de juro de referência em 75pb, com cortes em Julho, Setembro e Outubro, para 1,5%, naquela que foi a primeira descida de taxas desde 2008. Refira-se que no início do ano, a orientação de política pela Reserva Federal era ainda de subida das taxas de juro de referência.

Depois de em Maio as negociações entre China e EUA terem sido terminadas por intransigências negociais dos responsáveis chineses, as últimas semanas do ano trouxeram alguma estabilidade, com o acordo para a fase Um do novo processo a ser obtido.

Economia Portuguesa

Em Portugal, a atividade económica abrandou na segunda metade do ano, acentuando o perfil de desaceleração, com as exportações e o investimento a moderarem, invertendo a tendência de crescimento mais forte dos primeiros seis meses do ano. No quarto trimestre, o ritmo de crescimento ter-se-á mantido em linha com o observado no trimestre anterior, embora com o consumo privado a beneficiar do período do Natal. As exportações beneficiarão de um efeito de base, associado à greve no Porto de Setúbal do final de 2018.

As condições no mercado de trabalho permaneceram favoráveis, com a população ativa a aumentar, a taxa de emprego próxima de 63% e a taxa de desemprego próxima dos 6%. Contudo, os sinais de estabilização do desemprego são evidentes, podendo estabilizar entre 6 e 7%, com um ritmo de crescimento em redor de 1,5%.



A taxa de poupança da economia continuou a subir, tendo atingido, no terceiro trimestre de 2019, 18,6% do PIB, permitindo um reforço da taxa de investimento para 18,3% do PIB. Neste sentido, economia mantém uma capacidade líquida de financiamento, em redor de 0,3pp do PIB, situação que se mantém desde 2013.

Os níveis de endividamento da economia permanecem numa trajetória descendente, em percentagem do PIB, com o setor privado a posicionar-se nos 194% do PIB (uma redução de mais de 70pp do PIB desde 2012) e o setor público a recuar para cerca de 121% do PIB, no terceiro trimestre de 2019.

O saldo orçamental, em 2019, deverá ser deficitário em cerca de -0,1% do PIB, suportado por uma evolução favorável das receitas fiscais e das contribuições sociais, colocando a carga fiscal em 35,6% do PIB. A despesa pública continuou a crescer, mas a um ritmo inferior ao das receitas, de forma generalizada entre os vários tipos de despesa pública, com exceção dos encargos com o serviço da dívida.

A resiliente conjuntura económica e a correção dos desequilíbrios suportaram uma redução da perceção do risco soberano, refletido nos níveis mínimos registados ao longo de toda a curva de rendimentos. A dívida soberana, no prazo dos 10 anos, cotava nos 0,38% e registava um diferencial de 60 pb face à Alemanha (à data de 20 de Janeiro de 2020). A notação de risco da República atribuída pelas agências S&P, Fitch e Moodys é de BBB, BBB e Baa3, respetivamente. Em outubro de 2019, a agência DBRS reviu o rating para BBB (high).

Política de investimento

Nos primeiros meses de 2019 existiram fortes valorizações nos principais mercados acionistas, pelo que a exposição a estes mercados esteve próxima do neutral.

No que respeita à componente obrigacionista, tendo em atenção a mudança de discurso da Reserva Federal norte-americana ao longo do ano, a gestão optou por aumentar a *duration* da carteira e a aposta em títulos europeus de alta qualidade com distribuição de dividendo.

No final de 2019, e com o intuito de diversificar a carteira do fundo, mantivemos uma exposição elevada ao USD e ao Yen japonês face ao EUR.

Relativamente ao investimento em fundos de retorno absoluto, reduziu-se significativamente a exposição encerrando o ano com uma posição de 3.8%.

Ainda no último mês do ano, mantivemos uma exposição a ações próxima dos 24% e uma *duration* da carteira aproximadamente de 1,3 anos.

Informamos ainda que nos últimos 3 anos civis não houve alterações substanciais à política de investimento.

Evolução das Unidades de Participação

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respetivo valor unitário das mesmas nos últimos 10 anos foi a seguinte:

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2010	4 097 282	18,1417
2011	3 441 226	16,8476
2012	2 919 031	18,2103
2013	2 671 177	19,2728
2014	2 513 944	20,0183
2015	2 432 201	20,2798
2016	2 419 857	20,5529
2017	2 742 175	20,8308
2018	2 935 632	19,9518
2019	3 132 541	21,4091

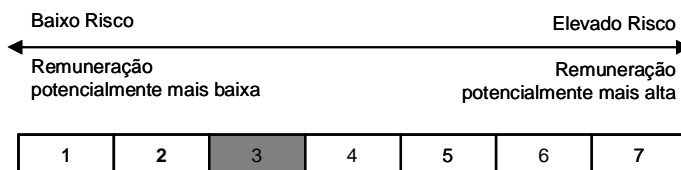
Performance

A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo foi a seguinte:

Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
2010	4,30%	4,07%	3
2011	-7,16%	6,03%	3
2012	8,11%	3,47%	2
2013	5,83%	3,85%	3
2014	3,87%	5,04%	4
2015	1,30%	5,12%	4
2016	1,35%	3,76%	3
2017	1,34%	4,02%	3
2018	-4,22%	4,09%	3
2019	7,31%	3,10%	3

(Fonte APFIPP).

Nota: As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sintético de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- Não houve alterações significativas nas comissões suportadas pelo Fundo e pelos participantes.
- No que respeita às comissões suportadas pelos Participantes existiram vários períodos de campanha que isentaram a comissão de subscrição. Atualmente a isenção da comissão de subscrição mantém-se para subscrições efetuadas até 31 de dezembro de 2018 e a partir daí passa a 2%.

Custos e Proveitos

Descritivo	2019-12-31	2018-12-31	Variação	
			Absoluta	Relativa
Proveitos				
Juros e Proveitos Equiparados	547 697	645 683	-97 986	-15%
Rendimento de Títulos	146 663	162 880	-16 217	-10%
Ganhos em Operações Financeiras	10 177 576	8 239 269	1 938 306	24%
Reposição e Anulação de Provisões	0	0	0	n.a.
Outros Proveitos e Ganhos Correntes e Eventuais	17 511	36 869	-19 357	-53%
Total	10 889 447	9 084 700	1 804 746	20%
Custos				
Juros e Custos Equiparados	98 232	148 052	-49 819	-34%
Comissões e Taxas	1 041 420	1 003 484	37 936	4%
Comissão de gestão	989 838	927 894	61 944	7%
Comissão de depósito	22 660	20 425	2 235	11%
Outras comissões e taxas	28 922	55 165	-26 243	-48%
Perdas em Operações Financeiras	5 397 690	10 445 502	-5 047 812	-48%
Impostos	39 594	8	39 586	524760%
Provisões para encargos	0	0	0	n.a.
Outros Custos e Perdas Correntes e Eventuais	4 619	10 697	-6 078	-57%
Total	6 581 555	11 607 743	-5 026 188	-43%
Resultado do Fundo	4 307 892	-2 523 042	6 830 934	-271%

Demonstração do Património

Descritivo	2019/12/31	2018-12-31
Valores mobiliários	58 051 458	49 271 907
Saldos bancários	8 469 382	8 580 965
Outros ativos	740 543	759 328
Total dos ativos	67 261 383	58 612 199
Passivo	196 384	40 973
Valor Líquido do OIC	67 064 998	58 571 227

Evolução dos ativos sob gestão

Descritivo	31.12.2019		31.12.2018	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo
VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS	54 540 881	81,09%	43 168 357	73,65%
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>	1 604 873	2,39%	1 630 962	2,78%
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>	52 936 009	78,70%	41 355 380	70,56%
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>	-	0,00%	182 014	0,27%
OUTROS VALORES	-	0,00%	-	0,00%
<i>Valor Mobiliários nacionais não cotados</i>	-	0,00%	-	0,00%
UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	3 784 865	5,63%	6 309 574	10,76%
<i>OIC domiciliados em Portugal</i>	2 536 241	3,77%	4 905 707	8,37%
<i>OIC domiciliados Estado membro UE</i>	1 248 624	1,86%	1 403 867	2,40%
OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES	-	0,00%	-	0,00%
<i>Em Mercado Regulamentado</i>	-	0,00%	-	0,00%
Total do ativo	67 261 383	86,72%	58 612 199	84,42%

Valorimetria

Para dar cumprimento ao disposto no artigo 42.º do Regulamento CMVM n.º 2 / 2015, a SAM SGFIM, enquanto entidade responsável pela gestão do OIC identifica os seguintes critérios e metodologias adotados e os pressupostos utilizados para a valorização das diferentes categorias de ativo que integrem a carteira, com especial destaque para os valores não negociados em mercado regulamentado ou equiparados.

1. VALORES MOBILIÁRIOS

O valor da unidade de participação dos OIC geridos é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação Data License, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por market makers (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

Como regra, os valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo ainda ser admitidos à negociação noutros mercados, nomeadamente, e a título de exemplo: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

AÇÕES

A valorização dos valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação disponível no momento de referência relevante do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC. Havendo diversas praças a cotar a mesma ação, regra geral, preço é obtido através da praça em que os valores tenham sido transacionados aquando da entrada em carteira.

Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho disponível.

A valorização dos valores mobiliários em processo de admissão à cotação será feita tendo por base a última cotação conhecida, no momento de referência relevante, das ações da mesma espécie emitidas pela mesma entidade e admitidas à negociação atendendo às condições de fungibilidade e liquidez entre as emissões.

Relativamente aos aumentos de capital, os direitos avaliam-se ao seu valor teórico até que cotizem.

No respeitante a ações não admitidas à cotação ou negociação em mercados regulamentados, as mesmas serão avaliadas com recurso a modelos teóricos considerados adequados pela SAM para as características do ativo a avaliar e aprovados pelo Comité de Riscos. Alternativamente, poderá a sociedade gestora utilizar o valor da oferta firme divulgado por market makers.

FUNDOS DE INVESTIMENTO DE TERCEIROS

O presente número aplica-se a todos os fundos não geridos pela SAM SGFIM – Fundos de Investimento geridos por terceiros, nomeadamente, Fundos Mobiliários, Exchange Trade Funds (ETFs), Fundos de Investimento Alternativo, Private Equity, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Capital de Risco, entre outros.

Em relação aos Fundos Mobiliários, não geridos pela SAM, e ETFs obtém-se a valorização através da Bloomberg utilizando o valor da última unidade de participação disponível no momento de referência relevante do dia, que em regra coincide com o valor de fecho do dia anterior (d-1).

Para os restantes tipos de fundos mencionados, como norma utiliza-se a informação disponibilizada pela sociedade gestora dos mesmos, via website, email, correio ou outro tipo de informação que permita aferir o valor a utilizar.

TÍTULOS DE DÍVIDA (OBRIGAÇÕES)

No caso de valores representativos de dívida, e quando a SAM considera que, por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflete o seu presumível valor de realização, ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que de acordo com os critérios implementados na SAM melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão (bid price), no momento de referência relevante do dia.

A cotação dos títulos de dívida será obtida com recurso a:

1) Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), onde a seleção dos contribuidores é feita com base naqueles que se consideram melhor refletirem a informação disponível no mercado, sendo sempre uma oferta presumível do valor de realização. Neste caso, também se aplica o mesmo critério de utilização do último preço disponível no momento de referência relevante do dia.

2) Junto de market makers que a SAM escolha, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra.

Em ambas as situações referidas em 1) e 2) têm que ser observados os seguintes pressupostos:

- Excluem-se as ofertas de compra firmes de entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a SAM SGFIM;
- Desconsideram-se médias que incluam valores cuja composição e/ou critérios de ponderação sejam desconhecidos, tais como, BVAL, BGN.

No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública (MEDIP); MTS; outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.

3) Na situação de indisponibilidade do referido nos pontos 1. e 2., poderão ocorrer duas situações distintas:

- Títulos que são valorizados com preços fornecidos por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Estes preços podem ser extraídos de páginas da Bloomberg ou recebidos via correio eletrónico

- Aplicação de modelos teóricos que a SAM considere apropriados, atendendo às características do título. A título de exemplo, descontando os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título a uma taxa de juro que reflita o risco associado ao ativo. Com o objetivo de aferir da validade e fiabilidade do modelo, recorre-se à comparação direta com títulos semelhantes. A aprovação destes modelos é da competência do Comité de Riscos da SAM.

2. INSTRUMENTOS DO MERCADO MONETÁRIO

Para instrumentos do mercado monetário representativos de dívida, que sejam líquidos e transacionáveis, nomeadamente os bilhetes do tesouro, normalmente utilizam-se as cotações obtidas através de Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), seguindo os critérios já explicados para os títulos representativos de dívida.

Para os restantes instrumentos do mercado monetário, com prazo inferior a um ano, cujo valor possa ser determinado com precisão a qualquer momento, nomeadamente, certificados de depósito, papel comercial, e depósitos a prazo, a sua valorização será efetuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.

3. INSTRUMENTOS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O OIC poderá ainda transacionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral desde que satisfaça os seguintes requisitos:

1. Os ativos subjacentes sejam instrumentos financeiros tais como índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efetuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
2. As contrapartes nas operações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial, de acordo com critérios definidos pela legislação da União Europeia, ou sujeitas a regras prudenciais equivalentes; e
3. Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo;

Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á a última cotação divulgada pelos respetivos mercados no momento de referência relevante do dia. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela SAM, esta seguirá um dos dois métodos:

1) Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC das ofertas de compra e venda difundidas por um market maker da escolha da Sociedade Gestora

2) Valores obtidos utilizando modelos teóricos que, no entender da Sociedade Gestora sejam considerados adequados às características do instrumento a valorizar. Estes modelos consistem na atualização dos cash-flows futuros para calcular o valor atual das posições em carteira, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

4. CÂMBIOS

No que respeita à valorização cambial, os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência relevante do dia de valorização, divulgadas pelo Banco de Portugal, ou alternativamente, por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, como a Bloomberg.

A valorização dos forwards cambiais é feita diariamente, calculando o diferencial entre a taxa cambial contratada e a taxa spot.

Remunerações Pagas

O Montante total das remunerações pagas pela SAM no exercício económico findo a 31 de dezembro de 2019, aos seus 33 (trinta e três) colaboradores, subdivide-se em remunerações fixas e variáveis:

- i A título de remunerações fixas: € 1 277 660; e,
- ii A título de remunerações variáveis: € 507 120.

Montante Agregado de Remunerações

O montante agregado da remuneração, discriminado por categorias de colaboradores, é o seguinte:

- Membros executivos dos órgãos sociais (2 colaboradores): € 379 817;
- Colaboradores cujas atividades tem um impacto significativo no perfil de risco do OIC (1 colaborador): € 91 153;
- Restantes colaboradores (30 colaboradores): € 1 313 810.

As remunerações foram calculadas conforme definido pelos contratos de trabalho e pela política de remuneração da Sociedade. Durante o ano de 2019 não se detetaram irregularidades em matéria de remunerações e também não se realizaram alterações significativas à política de remuneração.

As remunerações variáveis correspondem a estimativas aproximadas.

Identificação e justificação de desvios

No exercício findo a 31 de dezembro de 2019, não houve desvios à Política de Exercício dos Direitos de Voto que a SAM implementou e executa, cujo teor é do conhecimento da CMVM.

Informações Relevantes

Em 31 de dezembro de 2019, o investimento do Fundo em instrumentos de dívida de curto prazo, depósitos bancários e outros instrumentos monetários representava 21,11% do valor líquido global do fundo, ultrapassando assim pontualmente o limite máximo de 20% do seu valor líquido global. Este incumprimento foi sanado em 6 de janeiro de 2020.

Outras Informações

A 16 de Janeiro de 2020, a Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A alterou a sua denominação para Santander Asset Management – SGOIC, S.A.

Erros de valorização

No exercício económico findo a 31 de dezembro de 2019 há publicidade de erros na valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo, conforme divulgado no site da CMVM.

Eventos subsequentes

Para o período ocorrido entre o termo do período de relato (31 de dezembro de 2019) e o da elaboração do presente Relatório, não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 30 de Janeiro de 2020

II - RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Poupança Reforma Santander Poupança Valorização FPR** (ou Fundo), gerido pela Santander Asset Management - SGOIC, SA (a Sociedade Gestora), anteriormente denominada por Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA, que compreendem o balanço, em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 67 261 383 euros e um total de capital do Fundo de 67 064 998 euros, incluindo um resultado líquido de 4 307 892 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira **Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Poupança Reforma Santander Poupança Valorização FPR**, em 31 de dezembro de 2019, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
Valorização da carteira de títulos	
<p>A carteira de títulos corresponde a cerca de 86% do ativo. O valor dos títulos em carteira é determinado com base nas cotações oficiais e na avaliação efetuada pela sociedade gestora aos títulos não cotados.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para auditoria tem por base a materialidade dos ativos e o risco associado à utilização de pressupostos, estimativas e projeções na valorização de títulos não cotados.</p> <p>Os procedimentos adotados na valorização dos títulos em carteira são descritos no Relatório de Gestão e na nota 4 do Anexo às demonstrações financeiras.</p>	<p>Testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira.</p> <p>Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira, com base: (i) nas cotações oficiais; e (ii) na validação da metodologia e avaliação da razoabilidade da informação utilizada para a valorização dos títulos não cotados.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o planeamento da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Sociedade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014


Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:



- (i) fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez pelo órgão de gestão da Sociedade Gestora para um mandato compreendido entre 2016 e 2018. Em 31 de maio de 2019, fomos nomeados para um novo mandato compreendido entre 2019 e 2021;
- (ii) o órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- (iii) confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade Gestora do Fundo em 20 de fevereiro de 2020;
- (iv) declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, nº 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Sociedade Gestora durante a realização da auditoria;
- (v) informamos que não prestámos ao Fundo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo


Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- (i) o adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
 - (ii) a adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos imobiliários;
 - (iii) o controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- 

- (iv) o cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (v) o controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- (vi) o controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- (vii) o cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 20 de fevereiro de 2020

A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to be 'João Guilherme Melo de Oliveira'.

João Guilherme Melo de Oliveira, em representação de
BDO & Associados - SROC

**III - BALANÇO DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA - SANTANDER
POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2019**

Fundo Alternativo Aberto de Poupança Reforma - Santander Poupança Valorização FPR

(valores em Euros)

BALANÇO

Data: 2019-12-31

ACTIVO						CAPITAL E PASSIVO					
Código		2019-12-31				2018-12-31		Código		2019-12-31	2018-12-31
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido					
	Outros Activos										
32	Activos Fixos Tangíveis das SIM						61	Unidades de Participação	15.624.800	14.642.643	
33	Activos Fixos Intangíveis das SIM						62	Variações Patrimoniais	(4.973.491)	(8.177.214)	
	<i>Total Outros Activos das SIM</i>						64	Resultados Transitados	52.105.797	54.628.840	
	Carteira de Títulos						65	Resultados Distribuídos			
21	Obrigações	25.258.845	138.569	(402.709)	24.994.705	21.961.584	67	Dividendos antecipados das SIM			
22	Ações	(0)			(0)	(0)	66	Resultado Líquido do Período	4.307.892	(2.523.042)	
23	Outros Títulos de Capital							<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>67.064.998</u>	<u>58.571.226</u>	
24	Unidades de Participação	32.645.141	4.278.410	(3.866.798)	33.056.753	27.310.323		Provisões Acumuladas			
25	Direitos	0			0	(0)	481	Provisões para Encargos			
26	Outros Instrumentos da Dívida							<i>Total de Provisões Acumuladas</i>			
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>57.903.986</u>	<u>4.416.979</u>	<u>(4.269.507)</u>	<u>58.051.458</u>	<u>49.271.907</u>		Terceiros			
	Outros Activos						421	Resgates a Pagar aos Participantes	87.963	32.773	
31	Outros activos						422	Rendimentos a Pagar aos Participantes			
	<i>Total de Outros Activos</i>						423	Comissões a Pagar	101.887	2.596	
	Terceiros						424+...+429	Outras contas de Credores			
411+...+ 418	Contas de Devedores	137.638			137.638	216.296	43+12	Empréstimos Obtidos			
424	Estado e Outros Entes Públicos	322.545			322.545	322.545	44	Pessoal			
	<i>Total de Valores a Receber</i>	<u>460.183</u>			<u>460.183</u>	<u>538.841</u>	46	Accionistas			
	Disponibilidades							<i>Total de Valores a Pagar</i>	<u>189.851</u>	<u>35.369</u>	
11	Caixa							Acréscimos e diferimentos			
12	Depósitos à Ordem	8.469.382			8.469.382	8.580.965	55	Acréscimos de Custos			
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso						56	Receitas com Provento Diferido			
14	Certificados de Depósito						58	Outros Acréscimos e Diferimentos	6.534	5.604	
18	Outros Meios Monetários						59	Contas transitórias passivas			
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>8.469.382</u>			<u>8.469.382</u>	<u>8.580.965</u>		<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>6.534</u>	<u>5.604</u>	
	Acréscimos e diferimentos							TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	<u>67.261.383</u>	<u>58.612.199</u>	
51	Acréscimos de Proventos	278.577			278.577	214.009					
52	Despesas com Custo Diferido							Valor Unitário da Unidade Participação	<u>21.4091</u>	<u>19.9518</u>	
58	Outros acréscimos e diferimentos	1.782			1.782	6.478					
59	Contas transitórias activas	(0)			(0)	0					
	<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Activos</i>	<u>280.360</u>			<u>280.360</u>	<u>220.487</u>					
	TOTAL DO ACTIVO	<u>67.113.911</u>	<u>4.416.979</u>	<u>(4.269.507)</u>	<u>67.261.383</u>	<u>58.612.199</u>					
	Número total de Unidades de Participação em circulação				<u>3.132.541</u>	<u>2.935.633</u>					

Relatório e Contas referente ao período findo em 31 de Dezembro de 2019

(valores em Euro)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: 2019-12-31

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código		2019-12-31	2018-12-31	Código		2019-12-31	2018-12-31
Operações Cambiais				Operações Cambiais			
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros		579.017	915	Futuros	1.375.616	1.169.389
	<i>Total</i>		579.017		<i>Total</i>	1.375.616	1.169.389
Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro			
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros		433.950	925	Futuros		
	<i>Total</i>		433.950		<i>Total</i>		
Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações			
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros	1.027.520	1.203.286	935	Futuros	1.649.101	1.067.822
	<i>Total</i>	1.027.520	1.203.286		<i>Total</i>	1.649.101	1.067.822
Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros			
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores recebidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	TOTAL DOS DIREITOS	1.027.520	2.216.253		TOTAL DAS RESPONSABILIDADES	3.024.717	2.237.211
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	3.024.717	2.237.211	99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	1.027.520	2.216.253

**IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE
POUPANÇA REFORMA - SANTANDER POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR REFERENTE AO
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Data: **2019-12-31**

CUSTOS E PERDAS			PROVEITOS E GANHOS				
Código		2019-12-31	2018-12-31	Código		2019-12-31	2018-12-31
711+...+718	Juros e Custos Equiparados			812+813	Juros e Proveitos Equiparados		
719	De Operações Correntes	98.232	148.052	811+814+817+818	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	528.356	633.381
	De Operações Extrapatrimoniais			819	De Operações Correntes	19.341	12.302
	Comissões e Taxas				De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	2.202	22.683		Rendimentos de Títulos e Outros Activos		
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	1.035.847	967.091	822+...+824+825	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	146.663	162.880
729	De Operações Extrapatrimoniais	3.371	13.710	829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	3.660.515	6.506.857	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	8.152.377	4.373.326
731+738	Outras, em Operações Correntes			831+838	Outros, em Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	1.737.174	3.938.645	839	Em Operações Extrapatrimoniais	2.025.199	3.865.943
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	39.594	8	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	15.858	20.245
7418+7428	Outros impostos				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>10.887.793</u>	<u>9.068.077</u>
	Provisões do Exercício						
751	Provisões para Encargos			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
77	Outros Custos e Perdas Correntes	2.355	2.230		<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	<i>Total dos Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>6.579.291</u>	<u>11.599.276</u>				
79	Outros Custos e Perdas das SIM				Proveitos e Ganhos Eventuais		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>			881	Recuperação de Incobráveis		
	Custos e Perdas Eventuais			882	Ganhos Extraordinários		
781	Valores Incobráveis			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		5.422
782	Perdas Extraordinárias			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	1.654	11.202
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	<u>1.654</u>	<u>16.623</u>
788	Outras Custos e Perdas Eventuais	2.264	8.467				
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>	<u>2.264</u>	<u>8.467</u>				
63	Impostos Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período	<u>4.307.892</u>		66	Resultado Líquido do Período		<u>2.523.042</u>
	TOTAL	<u>10.889.447</u>	<u>11.607.743</u>		TOTAL	<u>10.889.447</u>	<u>11.607.743</u>
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	5.164.678	(1.359.954)	F-E	Resultados Eventuais [(F)-(E)]	(610)	8.156
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	284.653	(86.412)	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos	4.347.486	(2.523.035)
B-A	Resultados Correntes [(B)-(A)]	4.308.502	(2.531.199)	B+D+F-A-C-E	Resultado Líquido do Período	4.307.892	(2.523.042)

**V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE
POUPANÇA REFORMA - SANTANDER POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR
REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31.12.2019	31.12.2018
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:	7.669.429	7.110.073
Subscrições de unidades de participação	7.653.491	7.094.672
Comissão de Subscrição		
Comissão de Resgate	15.939	15.401
PAGAMENTOS:	(3.412.420)	(3.106.517)
Resgates de unidades de participação	(3.412.420)	(3.106.517)
Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC	4.257.009	4.003.556
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS		
RECEBIMENTOS:	20.823.094	49.619.949
Venda de títulos e outros ativos da carteira	5.921.610	27.411.286
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira	363.694	3.572.000
Resgates de unidades de participação noutros OIC	13.926.883	17.792.295
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira	150.840	159.402
Juros e proveitos similares recebidos	460.067	684.966
PAGAMENTOS:	(24.584.192)	(52.556.207)
Compra de títulos e outros ativos da carteira	(9.195.426)	(31.641.007)
Subscrição de unidades de participação noutros OIC	(15.288.950)	(20.744.829)
Juros e custos similares pagos	(98.232)	(148.149)
Comissões de Bolsa suportadas		
Comissões de corretagem		(18.161)
Outras taxas e comissões	(1.583)	(4.060)
Fluxo das Operações da Carteira de Títulos e Outros Ativos	(3.761.097)	(2.936.257)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:	2.088.961	3.936.128
Operações cambiais	30.430	127.588
Operações sobre cotações	1.984.080	3.808.540
Margem inicial em contratos de futuros e opções	74.451	
PAGAMENTOS:	(1.738.179)	(4.149.623)
Operações cambiais		(4.016.438)
Operações sobre cotações	(1.734.683)	
Margem inicial em contratos de futuros e opções		(118.497)
Comissões em contratos de futuros	(3.496)	(14.688)
Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas	350.782	(213.495)
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:	22.534	84.791
Juros de depósitos bancários	19.043	12.214
Impostos e taxas	0	69.347
Outros recebimentos correntes	3.491	3.230
PAGAMENTOS:	(977.551)	(1.038.336)
Comissão de gestão	(936.636)	(1.004.676)
Comissão de depósito	(20.618)	(22.116)
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	(17.670)	(8.641)
Outros pagamentos correntes	(2.628)	(2.904)
Fluxo das Operações de Gestão Corrente	(955.017)	(953.545)
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:	1.628	137
Outros recebimentos de operações eventuais	1.628	137
PAGAMENTOS:	(4.888)	0
Outros pagamentos de operações eventuais	(4.888)	
Fluxo das Operações Eventuais	(3.259)	137
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:	(111.583)	(99.605)
Disponibilidades no Início do Período:	8.580.965	8.680.569
Disponibilidades no Fim do Período:	8.469.382	8.580.965

VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(valores em euros)

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são “não aplicáveis”.

Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o período findo em 31 de Dezembro de 2019 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	31-12-18	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	31-12-19
Valor base	14.642.643	1.810.997	(828.841)	-	-	-	15.624.800
Diferença p/Valor Base	(8.177.214)	5.842.493	(2.638.770)	-	-	-	(4.973.491)
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	54.628.840	-	-	-	(2.523.042)	-	52.105.797
Resultados do período	(2.523.042)	-	-	-	2.523.042	4.307.892	4.307.892
Total	58.571.226	7.653.491	(3.467.610)	-	-	4.307.892	67.064.998
Nº de Unidades participação	2.935.633	363.078	(166.170)	-	-	-	3.132.541
Valor Unidades participação	19.9518	21.0795	20.8678	-	-	-	21.4091

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

Escalões	Número de participantes
Ups >= 25%	-
10% <= Ups < 25%	-
5% <= Ups < 10%	-
2% <= Ups < 5%	-
0.5% <= Ups < 2%	5
Ups < 0.5%	15.556
TOTAL	15.561

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo foi o seguinte:

Ano	Data	VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação
2019	31-dez-19	67.064.998	21,4091	3.132.541
	30-set-19	64.039.485	21,2743	3.010.184
	30-jun-19	62.125.911	20,9347	2.967.609
	31-mar-19	60.708.670	20,7066	2.931.858
2018	31-dez-18	58.571.226	19,9518	2.935.633
	30-set-18	60.100.635	20,6318	2.913.009
	30-jun-18	58.761.083	20,5634	2.857.556
	31-mar-18	57.032.097	20,5241	2.778.782
2017	31-dez-17	57.121.672	20,8308	2.742.175
	30-set-17	54.591.853	20,8266	2.621.251
	30-jun-17	53.732.327	20,7770	2.586.148
	31-mar-17	52.755.687	20,8239	2.533.417

Nota 2 – Transações de Valores Mobiliários no Período

O volume de transações do exercício de 2019, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respectivos negócios é o seguinte:

Descrição	Compras (1)*		Vendas (2) *		Total (1) + (2)	
	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa
Dívida Pública	9.293.659	-	5.641.828	-	14.935.486	-
Obrigações Diversas	-	-	310.466	-	310.466	-
Unidades de Participação	14.030.547	1.251.408	9.920.721	4.010.187	23.951.269	5.261.595
Contratos de Futuros a)	25.209.441	-	27.359.942	-	52.569.384	-
TOTAL	48.533.647	1.251.408	43.232.957	4.010.187	91.766.604	5.261.595

*Estes valores não incluem os custos de transação das respectivas operações

(a) Pelo preço de referência

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respectivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

Descrição	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	7.653.491	-
Resgates	3.467.610	15.939

Nota 3 – Carteira de Títulos

Em 31 de Dezembro de 2019 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
Merc. Cot. Oficiais da Bolsa Val. Port.						
-Títulos de Dívida Pública						
PGB 2.2 17/10/22	462.549	19.648	-	482.197	2.056	484.253
OT 4.8% 15/06/2020	293.161	-	(16.813)	276.348	7.082	283.430
PGB5 5.65% 15/2/24	828.107	-	(23.114)	804.993	32.197	837.190
	1.583.816	19.648	(39.927)	1.563.537	41.335	1.604.872
-UPs em fundos fechados						
Fundo Lusimovest	2.632.634	-	(203.835)	2.428.799	-	2.428.799
	2.632.634	-	(203.835)	2.428.799	-	2.428.799
Merc. Cot. Oficiais Bolsa Val. Est. Memb. U.E						
-Títulos de Dívida Pública						
PORTU 5,125 15/10/24	165.206	11.173	-	176.379	1.695	178.074
SPGB 5.85% 31/01/22	1.734.608	-	(36.579)	1.698.029	80.699	1.778.728
SPGB 2.75% 31/10/24	337.734	3.198	-	340.932	1.398	342.330
SPGB 0.35 30/07/23	298.098	7.919	-	306.017	446	306.463
SPGB 4.4% 31/10/23	1.702.260	-	(56.546)	1.645.714	10.435	1.656.149
SPGB 3,8% 30/4/24	547.896	-	(12.508)	535.388	11.698	547.086
SPGB 2.15% 31/10/25	380.898	11.692	-	392.590	1.275	393.865
SPGB 0.4 30/4/22	2.494.005	-	(6.665)	2.487.340	6.568	2.493.908
BTPS 4.5 1/2/20	522.020	-	(20.100)	501.920	9.355	511.275
BTPS 3.75% 1/8/21	787.033	-	(42.187)	744.846	10.945	755.791
BTPS 4.25 01/03/20	316.852	-	(14.629)	302.223	4.273	306.497
BTPS 4,75% 1/9/21	1.528.298	-	(12.223)	1.516.075	22.336	1.538.411
BTPS 4,5% 1/3/24	118.774	-	(2.163)	116.611	1.508	118.119
BTPS 3,75% 1/5/21	1.266.931	-	(106.327)	1.160.604	6.932	1.167.536
BTPS 0,95 15/3/23	251.518	4.188	-	255.706	705	256.410
BTPS 0.45 1/6/21	121.426	-	(392)	121.034	46	121.079
BTPS 1.2 1/4/22	205.314	-	(123)	205.191	603	205.794
BTPS 0.35 15/6/20	1.818.024	6.417	-	1.824.441	296	1.824.737
BTPS 0.2 15/10/20	601.188	876	-	602.064	256	602.320
BTPS 0,95 1/3/23	1.479.079	13.187	-	1.492.266	4.649	1.496.915
BTPS 0.05 15/4/21	946.653	2.152	-	948.805	101	948.906
BTPS 2.3 15/10/21	931.266	6.602	-	937.868	4.411	942.279
FRTR 1.75% 25/5/23	284.318	-	(4.399)	279.919	2.747	282.666
FRTR 0.5 25/5/25	161.238	5.720	-	166.958	483	167.441
FRTR 0 25/03/23	271.571	3.164	-	274.735	-	274.735
SPGB 4,8% 31/1/24	397.827	-	(13.338)	384.489	14.098	398.587
PARPU Float 28/12/20	150.330	-	(645)	149.685	-	149.685
	19.820.367	76.288	(328.824)	19.567.831	197.957	19.765.788
-Obrigações Diversas						
BRCORO 3,875% 1/4/21	443.990	-	(24.674)	419.316	11.646	430.962
BAYNGR 0.05 15/06/20	497.410	2.290	-	499.700	137	499.837
Renaul float 4/11/24	301.200	-	(9.146)	292.054	85	292.139
Fortis 09/03/2020	500.000	1.550	-	501.550	7.896	509.446
EDP 2.625% 18/1/22	572.192	27.921	-	600.113	14.266	614.379
LLOYDS float 4/2/20	200.200	-	(138)	200.062	8	200.070
TITIM 1,125 26/03/22	297.900	3.300	-	301.200	899	302.099
AMX 0 28/5/20	792.800	6.160	-	798.960	-	798.960
TELEFO 0% 9/3/21	98.730	1.215	-	99.945	-	99.945
GM Float 10/5/21	150.240	199	-	150.439	59	150.498
	3.854.662	42.635	(33.958)	3.863.339	34.997	3.898.336

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
1.3 - UPs fundos de investimento fechados						
ETF iShares EUR Corp	3.394.653	665	-	3.395.318	-	3.395.318
ISHARES EUR GOV 3-5Y	1.197.994	33.714	-	1.231.708	-	1.231.708
INVESCO S&P 500 ACC	625.725	108.240	-	733.965	-	733.965
ISHARES SP500 ETF IT	1.658.996	1.940.480	-	3.599.476	-	3.599.476
ETF ISHARES JPM USD	749.420	31.830	-	781.250	-	781.250
iSh EURCorpBond ETF	2.852.877	50.435	-	2.903.312	-	2.903.312
iShares EUR Corp Bon	860.077	-	(16.800)	843.277	-	843.277
db xtrackersES50 ETF	5.311.965	748.813	-	6.060.777	-	6.060.777
Lyxor ETF S&P 500	3.166.977	1.130.437	-	4.297.414	-	4.297.414
AMUNDI ETF EURO STOXX	1.068.613	162.748	-	1.231.360	-	1.231.360
LYXOR BARCL FLT EUR	1.913.489	-	(1.724)	1.911.765	-	1.911.765
LYXOR EUR CORP BOND	2.211.216	71.048	-	2.282.264	-	2.282.264
	25.012.002	4.278.408	(18.524)	29.271.886	-	29.271.886
2.OUTROS VALORES						
Val. Mobiliários Nacionais não Cotados						
-Obrigações diversas						
Somec/94	-	-	-	-	-	-
Somec/92	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
3.UPS DE ORGANISMOS INVEST. COLECTIVO						
OIC domiciliados em Portugal						
Explorer - II	349.097	-	(241.655)	107.442	-	107.442
	349.097	-	(241.655)	107.442	-	107.442
OIC domiciliados num Estado-membro da EU						
Groupama Entreprises	1.251.408	-	(2.784)	1.248.624	-	1.248.624
Lux Invest Plus - B	3.400.000	-	(3.400.000)	-	-	-
	4.651.408	-	(3.402.784)	1.248.624	-	1.248.624
TOTAL	57.903.986	4.416.979	(4.269.507)	58.051.458	274.289	58.325.747

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o período findo em 31 de Dezembro de 2019 foi o seguinte:

Descrição	31-12-18	Aumentos	Reduções	31-12-19
Depósitos à ordem	8.580.965	31.592.689	31.704.272	8.469.382
TOTAL	8.580.965	31.592.689	31.704.272	8.469.382

Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pela Lei nº 16/2015 de 24 de fevereiro e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Coletivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos ativos que compõem a carteira do Fundo é efetuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transacções.
- Para a valorização de ativos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.
- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos ativos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.

Relatório e Contas referente ao período findo em 31 de Dezembro de 2019

- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Códigos dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às características dos títulos.
- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respetiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respetivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação *Black-Scholes*, à exceção dos *Credit Default Swaps* com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema “*Reuters*”.

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

c) Contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de Futuros são refletidas em contas extrapatrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica “Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras”, sendo os ajustamentos de cotações diários refletidos em contas de “Acréscimos e diferimentos” e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respetivos contratos é registada na rubrica “Contas de devedores”.

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 5 – Componentes do Resultado

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Total
	Mais Valias Potenciais	Mais Valias Efetivas	Total	Juros vencidos	Juros corridos		
OPERAÇÕES “À VISTA”							
Acções	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações	599.396	14.258	613.655	254.067	274.289	-	528.356
Unidades de Participação	7.134.080	404.643	7.538.722	-	-	146.663	146.663
Direitos	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos	-	-	-	17.964	1.378	-	19.341
OPERAÇÕES “A PRAZO”							
Cambiais							
Cambiais a Vista	-	48.798	48.798	-	-	-	-
Futuros	-	991.221	991.221	-	-	-	-
Taxa de Juro							
Futuros	-	18.300	18.300	-	-	-	-
Cotações							
Futuros	-	966.880	966.880	-	-	-	-
TOTAL	7.733.476	2.444.100	10.177.576	272.031	275.666	146.663	694.360

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões suportadas		Total
	Menos Valias Potenciais	Menos Valias Efetivas	Total	Juros vencidos e comissões	Juros corridos	
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Obrigações	439.714	70.468	510.182	98.232	-	98.232
Acções	-	-	-	-	-	0
Unidades de Participação	1.502.834	1.647.500	3.150.334	-	-	0
Direitos	-	-	-	-	-	0
OPERAÇÕES "A PRAZO"						
Cambiais						
Cambiais a Vista	-	587	587	-	-	-
Futuro de Moeda	-	878.307	878.307	-	-	-
Sports	-	-	-	-	-	-
Taxa de Juro						
Futuros	-	7.351	7.351	-	-	-
Cotações						
Futuros	-	850.929	850.929	-	-	-
Comissões						
De Gestão	-	-	-	989.838	-	989.838
De Depósito	-	-	-	22.660	-	22.660
De Carteira de Títulos	-	-	-	2.202	-	2.202
De Operações Extrapatrimoniais	-	-	-	3.371	-	3.371
Taxa de Supervisão	-	-	-	23.010	-	23.010
Outras comissões	-	-	-	338	-	338
TOTAL	1.942.548	3.455.142	5.397.690	1.139.652	-	1.139.652

Nota 9 – Impostos

À data de 31 de Dezembro de 2019 os impostos suportados pelo Fundo têm a seguinte decomposição:

Descritivo	31-12-19	31-12-18
Impostos pagos em Portugal	39.594	8
Impostos sobre rendimento de capital		
Mais Valias	-	-
Dividendos	-	-
Juros	-	-
Outros Impostos sobre rendimentos de capital	-	-
Impostos Indiretos		
Imposto de Selo	39.594	8
Outros Impostos		
Impostos pagos no estrangeiro	-	-
Impostos sobre rendimentos de capital		
Dividendos	-	-
Outros Impostos sobre rendimentos de capital	-	-
TOTAL	39.594	8

Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial

Em 31 de Dezembro de 2019, o Fundo mantinha as seguintes posições cambiais abertas:

Moedas	À vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a Prazo	
AUD	75.143	-	-	-	-	-	75.143
CHF	129.448	-	-	-	-	-	129.448
GBP	99.682	-	(212.125)	-	-	(212.125)	(112.443)
JPY	9.091.666	-	(137.340.000)	-	-	(137.340.000)	(128.248.334)
SEK	333.601	-	-	-	-	-	333.601
USD	2.630.513	-	(1.691.700)	-	-	(1.691.700)	938.813
Contravalor Euro	2.731.461	-	(2.881.491)	-	-	(2.881.491)	(150.030)

Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro

À data de 31 de Dezembro de 2019 o Fundo detinha ativos de taxa de juro fixa cuja maturidade é a seguinte:

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	4.827.054	-	-	-	-	4.827.054
de 1 a 3 anos	11.884.072	-	-	-	-	11.884.072
de 3 a 5 anos	6.694.723	-	-	-	-	6.694.723
de 5 a 7 anos	561.306	-	-	-	-	561.306
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

O valor apresentado inclui o valor total do ativo em carteira incluindo o respetivo juro decorrido.

Nota 13 – Cobertura do Risco Cotações

Em 31 de Dezembro de 2019, o Fundo apresenta a seguinte exposição ao risco de cotações:

Ações e Valores Similares	Montantes (Euros)	Extra-Patrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
Ações	-	884.294	-	884.294
Unidades de Participação	33.056.753	-	-	33.056.753

Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 2/2015, ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

a) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;

- b) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e
- c) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 31 de Dezembro de 2019:

	Perda potencial no final do período em análise	Perda potencial no final do exercício anterior
Carteira sem derivados	67.064.998	58.571.226
Carteira com derivados	63.012.761	54.117.762
	6,04%	7,60%

Nota 15 – Custos Imputados

No período findo em 31 de Dezembro de 2019, foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Encargos	Valor	%VLGF ⁽¹⁾
Comissão de Gestão Fixa	989 838	1,59%
Comissão de Depósito	22 660	0,04%
Taxa de Supervisão	23 010	0,04%
Custos de Auditoria	2 273	0,00%
Encargos outros OIC	-	0,00%
Outros Custos Correntes	-	0,00%
TOTAL	1 037 782	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES		1,67%

⁽¹⁾ Valor médio relativo ao período de referência

Nota 16 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2019 são comparáveis com as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2018.